



Governo reajusta conta de luz e não reduz subsídios que encarecem a tarifa

07/12/2020 em Economia

Apesar de descartar risco de apagão nacional como no Amapá, governo reajusta a conta de luz para a bandeira vermelha no patamar mais elevado e segue sem cumprir a promessa de redução de subsídios, que encarecem o preço da tarifa



Depois que o Amapá ficou 22 dias sem energia e o presidente Jair Bolsonaro mandou a população tomar banhos mais curtos para economizar na conta de luz, muitas dúvidas surgiram em torno da formação de preços e da robustez do setor elétrico brasileiro. Especialistas e o secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia (MME), Rodrigo Limp, garantem que o país não corre risco de colapso energético e o ocorrido no Amapá foi um problema técnico pontual, cuja solução definitiva deve ser anunciada nesta segunda-feira. Quanto às tarifas, o esforço prometido pelo governo, de reduzir subsídios e encargos, está longe de surtir efeito. Para piorar, os reservatórios estão com volumes abaixo do esperado e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) acionou a bandeira tarifária no nível máximo este mês, com custo extra de R\$ 6,243 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

Limp classifica o desabastecimento do Amapá como "inadmissível". As medidas, paliativas, estão assegurando o fornecimento de energia, mas a solução estrutural para o Amapá ainda não foi divulgada.

“O problema foi pontual e técnico. Vamos anunciar medidas nesta segunda-feira e, tanto a Aneel quanto o MME, estão apurando as causas e a responsabilidade pelo que ocorreu”, explica. Limp também destaca que o governo isentou os consumidores do Amapá do pagamento da conta de luz, mas que isso não recairá sobre os demais brasileiros. “O valor será na CDE (Conta de Desenvolvimento Energético, que engloba os principais encargos do setor e é rateada entre todos os consumidores do país), mas será custeado por recursos do Tesouro”, diz.

O sistema energético do país tem robustez para impedir apagões como o do Amapá, assegura Limp, mesmo que a economia tenha uma forte retomada. “Em 2020, teremos redução no consumo em relação a 2019. No auge da crise, a queda foi de 10% a 15%. Mas isso vem sendo recomposto”, afirma. Em outubro, o consumo foi 4% maior do que no mesmo mês do ano passado. “Estamos preparados para suportar o crescimento. Empreendimentos estão sendo construídos e hoje o mercado livre tem participação significativa, de 30%, no fornecimento de energia”, diz. “O setor investe R\$ 40 bilhões. Há crescimento em fontes renováveis, como eólica e solar. As térmicas são parcela importante para segurança energética. Além disso, avançamos na transmissão, que permite que a energia produzida numa região abasteça as demais”, esclarece.

Atualmente, os reservatórios do Sul e do Sudeste estão em condições ainda críticas, o que tornou o Nordeste exportador de energia. “O único estado que ainda não está no Sistema Interligado Nacional (SIN) é Roraima”, conta. Isso porque a linha de transmissão que atenderá a região foi licitada em 2010, mas, desde então, não consegue licenciamento ambiental por passar no meio de terras indígenas. “Nossa expectativa é resolver isso logo e iniciar as obras em 2021. Além disso, teremos novo leilão de transmissão, agora, dia 17 de dezembro”, assinala o secretário. No certame, serão ofertados 11 lotes que preveem a instalação de mais 1.958 km de rede em nove estados, com investimento de R\$ 7,34 bilhões.

Penduricalhos

Se há garantia no abastecimento, ainda falta resolver os penduricalhos que encarecem a conta de energia. **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, concorda com Limp: “risco de desabastecimento não há”. Mas apresenta um estudo (veja no quadro ao lado), segundo o qual impostos e encargos representam quase metade da fatura. “A conta de luz pesa muito na economia das camadas menos favorecidas, que é a maioria. É uma perversidade, porque banca toda sorte de subsídios”, conta.

O presidente da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), Marcos Madureira, explica que existe um esforço por parte do governo para redução dos incentivos sobre fontes renováveis. “Está colocado na MP 998, mas depende de ser aprovada e virar lei. É necessário fazer uma revisão nos subsídios. Entendemos que alguns são importantes, como a tarifa social, que dá melhor condição de pagamento aos consumidores de baixa renda. Já o subsídio para fontes renováveis aumentou o custo em 90% nos últimos cinco anos”, diz.

Madureira assinala que ainda há o subsídio à Geração Distribuída (GD), que não aparece dentro da CDE. “Ele não é transparente e já deveria ter sido retirado. A Aneel fez a proposição, a consulta pública e endereçou a proposta, mas houve pressão no Congresso para que a agência não fizesse o trabalho dela”, lembra. A GD é a geração que o consumidor faz ao produzir, por exemplo, energia solar no telhado de casa. Com isso, há um sistema de compensação que isenta os produtores/consumidores de custos com transmissão e distribuição, que acabam rateados entre os demais. Ou seja, quem tem dinheiro para colocar painéis solares no telhado é subsidiado pelos mais pobres.

“Hoje, essa proposta de retirada está parada. Embora haja uma série de projetos no Congresso, não caminhou”, diz Madureira. Segundo ele, um acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) determinou, há cerca de 15 dias, que a Aneel apresente um plano de ação para resolver esse subsídio em até 90 dias. “A agência terá de criar um mecanismo de transição, mas não pode continuar dando tratamento diferenciado. O TCU também determina que dê transparência a esses valores, para se saber quanto os consumidores estão pagando para geração distribuída”, acrescenta o presidente da Abradee.

O secretário Rodrigo Limp confirma que uma das pautas do governo é justamente buscar redução dos subsídios. “São muitos dentro da tarifa. Uma medida importante foi tomada em 2019, com redução para consumidores rurais. Está sendo feita em um horizonte de cinco anos. Vão deixar de ser pagos R\$ 4 bilhões por ano, com a medida que prevê redução 20% ao ano”, afirma. Na MP 998, está previsto o fim dos subsídios de fontes renováveis, que aumentam o custo entre R\$ 400 milhões e R\$ 500 milhões por ano. “A MP prevê retirar o subsídio e definir mecanismos de valorizar os benefícios ambientais”, ressalta.

Outra medida, segundo Limp, é reduzir a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), com alto peso dentro da CDE. “Estamos interligando sistemas isolados, que ainda usam óleo diesel e a conta está sendo reduzida, com as linhas de transmissão”, explica. “Além da redução dos subsídios, a MP propôs usar recursos de fundos setoriais para reduzir tarifas até 2025. A redução mais significativa é no Norte, com alívio tarifário de 10% em Rondônia e de 14% em Roraima. Para o resto do Brasil, a redução será de 0,8% por ano, em média.” Sobre a discussão da GD, Limp diz que existem vários projetos no Congresso.

Escassez

Atualmente, o sistema de abastecimento do Sudeste/Centro-Oeste, região que concentra a maior parte dos reservatórios do país, está com 17,7% da sua capacidade máxima de armazenamento, inferior ao do ano passado, quando terminaram novembro com 18,9%, porém melhor que em 2014, quando estava em 15,8%, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). “Nos últimos anos, o país passou por uma escassez hídrica que não permitiu a total recuperação dos níveis dos reservatórios”, informa.

Sopa de letrinhas

A fatura de energia é um emaranhado de encargos e tributos, que o governo promete reduzir



Raio-X

O setor tem 170 gigawatts de capacidade instalada (dados de dezembro de 2019)



Geração

É o segmento responsável por produzir energia elétrica e inseri-la nos sistemas de transporte. No Brasil, são 8.803 usinas de fontes hidrelétricas, termelétricas, eólicas e solares



Transmissão

Transporta energia das geradoras para as distribuidoras: 144 agentes, 226 concessões e 170 mil km de linhas



Distribuição

Empresas que atendem os consumidores finais: 109, sendo 53 concessionárias, 43 permissionárias e 13 autorizadas

Peso

Encargos e tributos representam 47,3% da receita do setor elétrico

- Dado foi apurado com base na carga tributária e de encargos setoriais arrecadados por 35 empresas do setor elétrico que representam 70% do mercado de GTD
- Em 2019, a carga consolidada de tributos foi de 36,5% e encargos setoriais de 10,8%, o que significa 47,3% do total da receita bruta operacional das empresas
- Dentro dos encargos, ainda há vários subsídios pagos por todos para benefício de alguns: consumidor de baixa renda, rural, irrigação e programa de universalização Luz Para Todos

Penduricalhos

Saibam o que está embutido na fatura de energia

Tributos

IRPJ	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ISS	Imposto sobre Serviços
PIS/Pasep	Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
Cofins	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
INSS	Encargo trabalhista: contribuição ao Instituto Nacional de Seguro Social devida pelo empregador
FGTS	Encargo trabalhista: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

Encargos

CFURH	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético*
RGR	Reserva Global de reversão
TFSEE	Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica
ONS	Operador Nacional do Sistema
Proinfra	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PEE	Programa de Eficiência Energética
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CCC	Conta de Consumo de Combustíveis*
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica*

* Conforme art. 4º do Decreto nº 9.022/2017 os dois encargos estão dentro da CDE

Custo

Em 2019, R\$ 93,6 bilhões foram impostos e encargos somando GTD (em R\$ milhões)

Tipo	Geração	Transmissão	Distribuição
IRPJ	863	334	3.855
CSLL	353	137	1.575
PIS	597	231	2.664
Cofins	2.757	1.068	12.310
INSS-FGTS	606	235	2.708
ICMS	7.165	2.776	31.990
ISS	9	3	40
CDE	2.939	1.139	13.122
P&D/PEE	220	85	984
CFURH	141	55	631
RGR	105	40	466
Proinfra	151	59	674
Outros**	102	40	456
Total	16.008	6.202	71.475

** Outros: TFSEE, ESS, EPE e FNDCT

Fonte: Instituto Acende Brasil e PwC Brasil

Novo mercado de gás natural

Também dependem do Parlamento o novo mercado de gás natural, que representará investimento em térmicas, a modernização do marco do setor e a privatização da Eletrobras. “A capitalização é necessária para modernizar a companhia. Nós temos expectativa de que a discussão avance em 2021”, diz o secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia (MME), Rodrigo Limp. Ele ressalta, ainda, que o setor elétrico brasileiro tem grande credibilidade e é marcado por segurança jurídica e respeito aos contratos. “O leilão da CEB (privatizada com ágio de 76% de ágio na semana passada) foi uma demonstração de confiança que reforça isso.”

Na opinião do diretor da Thymos Energia, Sami Grynwald, o ano de 2020 foi desafiador para todos, inclusive para o setor elétrico. “Atrasaram algumas pautas em discussão, que a gente imaginava que poderiam já ter sido solucionadas. Mas o leilão da CEB foi muito positivo e mostrou que há interesse dos investidores no setor. Ainda temos leilão de transmissão este ano e previsão para CEEE (concessionária do Rio Grande do Sul) no primeiro trimestre do ano”, elenca. Grynwald também acredita que a Eletrobras deve entrar na pauta de privatizações do governo federal em 2021. “Espero que até o fim do ano seja privatizada. O mercado brasileiro teve depreciação do câmbio e há investidores estrangeiros olhando o setor elétrico. O próximo leilão deve ter disputa acirrada”, projeta.

O advogado especializado em energia e diretor-presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), Alexei Vivan, lembra que o PLS 232 (Projeto de Lei da modernização do marco) endereça muitas medidas estruturantes para o setor e precisa avançar. Vivan concorda com os demais especialistas de que o Amapá foi um caso isolado e que o país não corre risco de novos apagões. “Chance zero de desabastecimento. O que está ocorrendo com os reservatórios não é nada além do esperado. Há oito anos que o país enfrenta a mesma situação, com o armazenamento baixo no fim do período seco, esperando o úmido para recompor”, afirma. Mas o efeito disso, segundo ele, não é no fornecimento, mas no encarecimento das tarifas, com os despachos das térmicas.

Risco hidrológico

Na semana passada, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) regulamentou a solução para o risco hidrológico, conhecido como GSF, e, com isso, o setor elétrico obteve uma decisão que resolve uma inadimplência de R\$ 10 bilhões na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e abre caminho para abertura do mercado livre.

Segundo Rui Altieri, presidente do conselho de administração da CCEE, o problema do GSF vem desde 2015, quando a hidrologia foi muito ruim. A dúvida sobre quais empreendimentos tinham obrigação de arcar com o risco da falta de chuvas acabou por judicializar o setor. “Isso atrapalhava as contabilizações e as liquidações”, explica.

A saída encontrada, para não onerar os consumidores, foi que todos os recursos fossem pagos com o aumento no prazo de concessão das usinas, limitado a sete anos. “Na nossa conta, o tempo médio será de 500 dias, menos de dois anos. Uma concessão que terminaria em 2026 terá mais tempo para recuperar o valor que não era devido e foi pago, comercializando energia nesse período extra”, detalha. “Isso destrava muito o setor e muda o cenário de investimento”, diz.

O mercado livre é a possibilidade do consumidor escolher de quem comprar energia, não o serviço de distribuição, que é um monopólio natural, mas os contratos de energia. Como a resolução do GSF foi aprovada este ano, sancionada em setembro e regulamentada na semana passada, o mercado deslanchou. “Cada vez mais clientes (com consumo acima de 500 kW) estão migrando para o mercado livre. Este ano, foram 150 migrações”, conta.

Segundo Altieri, os grandes consumidores já migraram para o mercado livre. Agora, são médios. “Avaliando as migrações, estamos chegando bem próximo dos 500 kw, que é o mínimo. Vamos ter que romper essa barreira. Mas isso tem que ser de forma contínua e organizada, não podemos deixar de ser venda no atacado, por isso a figura do varejista é importante. Mas o comercializador do varejo ainda não decolou”, revela.

O grande atrativo do mercado livre é a energia entre 25% e 30% mais barata. “Por isso, é importante para negócios com insumos básicos de energia. Está havendo uma consolidação do mercado livre, hoje a proporção é de 30% ante 70% do regulado. Isso vai caminhar nos próximos três quatro anos até essa relação ter mais equilíbrio”, estima.